



Descrição e análise sócio-histórica do sistema pronominal de posse do português rural da Bahia

Description and socio-historical analysis of the pronominal system of possession of the rural Portuguese of Bahia

Matheus Oliveira*
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda*
Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro***
Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Resumo: Este artigo tem por objeto analisar a alternância de marcação possessiva no português rural da Bahia, em que se encontram duas opções estruturais: a construção analítica (*o dia de nós; o grupo da gente*) e a construção sintética (*nossa região*). Apenas a última construção é atestada no português europeu. No entanto, a primeira é comum em línguas reestruturadas por processos de transmissão linguística irregular desencadeados pelo contato entre línguas. A base empírica é fornecida pelos resultados de uma análise desse aspecto da gramática em regiões isoladas do semiárido baiano, vistos à luz da literatura sobre aquisição de L2 em situação de contato.

Palavras-chave: Pronomes possessivos. Transmissão linguística irregular. Contato entre línguas. Aquisição. Mudança.

Abstract: This article's aims to study the alternating possessive marking in rural Bahia Portuguese, which has two structural options: the analytical construction (*o dia de nós; o grupo da gente*) and the syntactical construction (*nossa região*). Only the last construction is attested in European Portuguese. However, the first is common in languages restructured by irregular linguistic transmission processes triggered by contact between languages. The empirical basis is provided by the results of an analysis of this aspect of grammar in isolated regions of the Bahian semi-arid, seen in the light of the literature on L2 acquisition in contact situation.

Keywords: Possessive Pronouns. Irregular linguistic transmission. Contact between languages. Acquisition. Change.

* Estudante de doutorado na Universidade Federal da Bahia. E-mail: matheusuefs@live.com

** Doutora em Letras e Linguística (UFBA), professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. E-mail: zenaide.novais@gmail.com

*** Doutora em Linguística (UNICAMP), professora da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: marianafag@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O contato entre línguas havido nos períodos colonial e imperial do Brasil é tema sobre o qual se debruçam muitos estudiosos do português brasileiro, a que chamaremos PB. A dimensão do contato entre línguas na história sociolinguística desse país pode ser mensurada a partir do fato de que, do século XVI ao século XIX, portugueses e seus descendentes constituíam cerca de um terço da população brasileira, ao passo que os outros dois terços foram constituídos por africanos, índios e seus descendentes, com predominância dos primeiros na maior parte do território brasileiro (MUSSA, 1991). Só para o Brasil, foram trazidos mais de 40% dos africanos escravizados (4,3 milhões deles), número que supera a quantidade de mão de obra escrava levada a qualquer outro país da América (CURTIN, 1968; REIS, 2000).

O contexto socioeconômico do Brasil colonial tem muitas semelhanças com o de outras regiões do continente americano, como o Caribe e o sul dos Estados Unidos, onde ocorreram processos de crioulização da língua europeia transplantada pelo segmento colonizador dominante (GUY, 2005). Apesar de reunir condições sócio-históricas, em princípio, muito propícias à crioulização da língua do colonizador europeu, não ocorreu, no Brasil, um processo estável, duradouro e representativo de crioulização. Não obstante, é ímprobo acreditar que as semelhanças fonológicas, morfossintáticas e lexicais compartilhadas entre o PB e as variedades de português em emergência em Angola e Moçambique, por exemplo, sejam apenas acaso ou resultado de uma deriva secular (PÉTTER, 2009).

Neste artigo, apresentamos a reestruturação do sistema de marcação possessiva no português falado no semiárido baiano, fenômeno observado, também, em línguas *pidgins* e crioulas de base lexical portuguesa (LOPES DA SILVA, 1984; ALMADA, 1961; KIHM, 1994; FERRAZ, 1979; MINGAS, 1998; MARLYSE, 2002; LUCCHESI, 2009; GALVES E AVELAR, 2014) e em comunidades isoladas representativas do português afrobrasileiro (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009).

No *corpus* que analisamos, as *Amostras da Língua Falada no Semiárido Baiano* (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008), aparecem duas opções estruturais de marcação possessiva:

- (1) No dia só Deus sabe, o dia *de nós* [Matinha, Bahia];
- (2) Rapai, eu acho... tem hora que é decente morar c'um *ossos* pai, mas tem hora que passa mei sufoco, né? [Piabas, Bahia].

O estágio atual da variação entre essas estratégias de expressão de posse parece revelar uma competição entre duas gramáticas (KROCH, 2005): uma que imita os modelos do português europeu, a que chamaremos PE; outra que é remanescente de um período de aquisição imperfeita do português por escravos africanos. O uso da estratégia analítica, para nós, pode revelar duas coisas: ou se trata de um remanescente de uma época em que os africanos, aprendendo o português como L2, em situação emergencial, podem ter feito processos de transferência e relexificação (LEFÈBVRE, 2001; SIEGEL, 2006;

SCHWARTZ; SPROUSE, 1994; SPROUSE, 2006) de sua L1 para a L2 em processo de aquisição ou se trata de reanálises de características cujos dados linguísticos primários (DLP), de que falaremos adiante, não foram claros, robustos. Nesse último caso, tratar-se-ia de uma simplificação gramatical prototípica de situações de aquisição de segunda língua (ASL) (KLEIN; PERDUE, 1997; SIEGEL, 2008).

Isso é possível, na medida em que, segundo Romaine (1988, p. 28), a substituição de formas sintéticas por analíticas é uma constante em situações de contato entre línguas, de modo que formas complexas são decompostas em seus componentes. Dito de outro modo, formas mais complexas e de difícil decodificação são substituídas por conjuntos de formas independentes mais simples e cujo significado é mais transparente. Seria a explicação para a substituição da forma *nosso*, por exemplo, pela forma *de nós*, com preposição e pronome pessoal do caso reto (provavelmente mais abundante na fala dos colonizadores do que a forma possessiva conservadora).

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PB: MULTILINGUISMO GENERALIZADO

Os homens fazem a língua, não a língua os homens
Fernão de Oliveira (1536)

Calvet (2002) afirma, à página 35, para introduzir seu capítulo sobre contato entre línguas:

Há na superfície do globo entre 4.000 e 5.000 línguas diferentes e cerca de 150 países. Um cálculo simples nos mostra que haveria teoricamente cerca de 30 línguas por país. Como a realidade não é sistemática a esse ponto (alguns países têm menos línguas, outros, muitas mais), torna-se evidente que o mundo é plurilíngue em cada um de seus pontos e que as comunidades linguísticas se costeiam, se superpõem continuamente. O plurilinguismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngue, ou em situação de aquisição) ou a comunidade.

O Brasil é um bom exemplo de país no qual houve intenso contato entre línguas. Ao longo de mais de 500 anos de história, a sua situação linguística foi supercomplexa, pela presença de cerca de 360 línguas indígenas (RODRIGUES, 1986, p. 19) ou mais de 1500 delas (HOUAISS, 1985, p. 100), de muitas e variadas línguas africanas e do PE de diferentes lugares de Portugal, em diferentes momentos¹.

No período que se estende do efetivo início da colonização portuguesa, com a fundação da Vila de São Vicente, em 1532, até os meados de 1695, com a destruição do Quilombo de Palmares e a descoberta das primeiras minas de ouro e pedras preciosas no território do atual estado de Minas Gerais, o Brasil se caracterizava pelo que Mattos e Silva

¹ É importante ressaltar que, apesar de sempre se falar em contato entre línguas africanas, línguas indígenas e português europeu, como se essa última fosse única, isenta de variação, também ela foi trazida ao Brasil de diferentes lugares de Portugal e em momentos diferentes da história da colonização do nosso país. Há, pois, variações, no tempo e no espaço, do PE que entrou em contato com as demais línguas em solo brasileiro. Acrescente-se, ainda, nesse bojo, a dialeção diastrática do PE, comum a qualquer língua natural.

(2004) chama de *multilinguismo generalizado*. Nessa época, havia uma *polarização sociolinguística* (LUCCHESI, 2001) radical, a qual era responsável por separar, de um lado, a língua da minoritária elite colonial e, de outro, as centenas de línguas africanas e indígenas faladas pela população subjugada e escravizada, além das variedades bastante alteradas de português faladas por esse contingente e seus descendentes. É possível, inclusive, que, nesse cenário, tenha havido a emergência de variedades pidginizadas de português no seio da população africana, em torno de engenhos de açúcar e nos quilombos que se formavam com as crescentes fugas de escravos (SILVA NETO, 1963; LUCCHESI, 2015).

Entre os últimos anos do século XVII até o início do século XIX, o Brasil assistiu a um avanço da língua portuguesa, explicado por diversas razões, como a proibição do uso de línguas indígenas em território brasileiro pelo Marquês de Pombal, em 1757; a instituição, também por ele, do português como língua de ensino da colônia; o crescimento demográfico de colonos portugueses no Brasil, seduzidos pelo enriquecimento rápido vislumbrado através da extração de ouro e pedras preciosas em Minas Geiras e o conseqüente início da urbanização da colônia portuguesa. Ademais, há que se destacar os resultados da violenta opressão cultural e linguística que sofriam os africanos.

A fuga da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, traria ao país grandes transformações econômicas, sociais e culturais, que culminaram na independência política do Brasil, em 1822. Em 1850, o fim do tráfico negreiro obrigava o governo a importar mão de obra europeia e asiática, do que resultou o avanço de uma cultura europeia no Brasil. No entanto, esses avanços esbarravam ainda na dura realidade econômica e social: até as primeiras décadas do século XX, o Brasil era, essencialmente, um país agroexportador, baseado na exploração do trabalho braçal e com pouco mercado consumidor interno. No século XX, as línguas africanas tinham presença residual, sendo mais significativa em alguns pontos, como na Bahia, onde o iorubá ainda subsistia entre a população afrodescendente (RODRIGUES, 2004).

Segundo Lucchesi (2015, p. 88):

Se a polarização sociolinguística do Brasil deixou de opor línguas distintas – o português da elite colonizadora *versus* as línguas indígenas e africanas dos grupos subjugados –, ela ainda se manteve, no limiar do século XX, muito próxima a uma situação de *diglossia*. Nessa altura, quase 60% da população do Brasil era constituída por descendentes de africanos e índios, menos de 10% da população vivia nos centros urbanos, e o analfabetismo atingia mais de 75% dos brasileiros. A falta de qualquer política governamental de integração da antiga população escrava, após a abolição da escravatura, em 1888, condenou o grosso do contingente de afrodescendentes à pobreza e à marginalidade. Considerando que a imensa maioria do contingente de origem africana ou indígena era analfabeta e vivia no interior do país, esses segmentos deviam falar variedades bastante alteradas do português. E essa clivagem linguística era ainda acentuada no plano ideológico, na medida em que a elite brasileira importava deliberadamente os modelos linguísticos da antiga metrópole para acentuar as diferenças idiomáticas que a separavam da plebe mestiça e negra, legitimando, assim, no plano linguístico, a violenta divisão que rasgava a sociedade brasileira, já marcada pela disseminada mentalidade racista.

Assim, em lugar de acreditar que as características hodiernas do PB têm um ancestral claro em Portugal, como afirmam Naro e Scherre (2007, p. 13), preferimos buscar uma compreensão de suas características com base sobretudo em sua sócio-história. Olhando do passado para o presente, percebemos que os escravos africanos e seus descendentes foram o principal difusor do “português geral brasileiro”, antecedente histórico do PB (MATOS E SILVA, 2004, p. 82). Isso é comprovado pela tabela 1, que contém uma síntese feita por Alberto Mussa a partir de dados de demografia histórica disponíveis.

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 1: Demografia histórica do Brasil

Fonte: adaptado de Mussa (1991, p. 63)

Lucchesi (2015, p. 94) afirma que esses africanos trazidos ao Brasil tinham de aprender o português nas condições mais adversas, trabalhando como escravos. Assim, o conhecimento que adquiriam da língua do colonizador se restringia a um vocabulário reduzido, praticamente desprovido de estrutura gramatical. As crianças, então, tinham de desenvolver sua língua materna a partir do modelo altamente defectivo de português falado como segunda língua de seus pais, já que não tinham acesso à língua nativa destes.

Na perspectiva das teorias da competência linguística, a aquisição da língua materna é um momento crítico na implementação de mudanças na estrutura da gramática (LIGHTFOOT, 1999; ROBERTS, 2007). No caso dos filhos dos escravos nascidos no Brasil, é possível pensar em um contexto por demais favorável a alterações na gramática das variedades linguísticas que assim se formavam, mesmo que esse processo não tenha feito surgir uma gramática inteiramente original, como ocorre na *crioulização* mais radical (ROUGÉ, 2008).

Estamos diante de uma situação que precisa ser definida, em termos teóricos. Afinal, como a estrutura da língua pode ser afetada em situações de contato massivo e radical, como as que a expansão colonial europeia produziu, em todas as regiões do planeta, entre os séculos XVI e XIX? Há muitos anos, tem-se enfrentado esse desafio teórico por meio do desenvolvimento do conceito de *transmissão linguística irregular*² (BAXTER, 1992).

² Ou transmissão linguística *divergente*, como o próprio Baxter tem preferido chamar, em suas últimas apresentações orais.

3 TRANSMISSÃO LINGÜÍSTICA IRREGULAR E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MARCAÇÃO POSSESSIVA

A aquisição de uma língua por uma criança se dá num processo de seleção de uma gramática a partir dos dados linguísticos primários (DLP) e dos princípios da Gramática Universal (GU) – a teoria dos universais linguísticos biologicamente determinados que tenta inferir o que pode variar entre as línguas, os parâmetros, e o que é invariável, os princípios (LIGHTFOOT, 1979; 1991; 1999; ROBERTS, 1993; 2007; KROCH, 1989; 2001; 2003; 2005).

Segundo Lightfoot (1979), embora as propriedades da GU permaneçam constantes de geração em geração, os DLP mudam. Isso faz com que o *input* para uma geração não seja o mesmo para a próxima. Como a gramática a ser adquirida é uma consequência da interação entre propriedades da GU inatas aos falantes e a interação com o ambiente, e como o ambiente é constantemente modificado cultural, social e pragmaticamente, a mudança ocorre de forma inevitável. Assim, ainda segundo o autor, é no processo de aquisição da linguagem que a mudança pode ocorrer. Dessa forma, a mudança sintática é sempre uma mudança no valor do parâmetro.

Lightfoot (1979) acredita que a gramática não é um objeto historicamente transmitido, mas é essencialmente descontínuo e tem de ser recriado pelo indivíduo. Daí surgirem as mudanças de uma geração para outra. O autor argumenta que a mudança sintática ocorre em virtude da opacidade da gramática, que desencadeia reanálises que levarão à sua reestruturação para recuperar a transparência necessária.

Segundo Kroch:

A mudança linguística é por definição uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo. Tais falhas, em princípio, podem ocorrer entre grupos de falantes nativos adultos, que, por alguma razão, substituem um traço por outro no uso da língua, como acontece quando novas palavras são cunhadas e substituem velhas; porém, no caso de traços sintáticos e gramaticais, tal inovação por falantes adultos quase não é atestada. Por outro lado, as falhas na transmissão parecem ocorrer no curso da aquisição da linguagem; isto é, são falhas no aprendizado. Uma vez que, numa instância de mudança sintática, o traço que os aprendizes falham em adquirir é aprendizável em princípio, tendo sido parte da gramática da língua num passado imediato, a causa da falha deve recair em alguma mudança, talvez sutil, no tipo de evidência disponível para o aprendiz ou em alguma diferença, por exemplo, na sua idade durante o processo de aquisição, como no caso da mudança induzida através da aquisição de segunda língua por adultos em situação de contato linguístico. (KROCH, 2003, p. 2)

Assim, a mudança sintática surge quando acontecem reanálise de partes dos DLP, fato que tem como causas processos morfofonológicos, ambiguidade estrutural de dados na expressão do valor paramétrico, inovações nos DLP, situações de contato linguístico, fatores extralinguísticos, dentre outros (LIGHTFOOT, 1991; KROCH, 2005; ROBERTS, 2007). Para Kroch (2003, p. 5), não há dúvida de que adultos aprendendo uma L2 fazem com que a transmissão linguística seja imperfeita.

Esse modelo de transmissão linguística imperfeita é divergente do cenário normal, quando a criança de quatro a cinco anos adquire uma larga gama de itens gramaticais – o bastante para satisfazer os requerimentos estruturais impostos pela sintaxe inata (BICKERTON, 1999). Esse modelo traz mudanças na gramática da língua-alvo (LA) usada pelos adultos falantes de outras línguas. Para Bickerton (1999, p. 57), essas mudanças justificam-se pela regramaticalização do *pré-pidgin*, entendido como restrito código de comunicação que se estabelece entre dominados e dominantes, formado por um reduzido elenco de itens lexicais da língua do grupo dominante e praticamente desprovido de qualquer estrutura gramatical regular (WEKKER, 1996; FIELD, 1997; SIEGEL, 2008). Essa regramaticalização do *pré-pidgin*, para Bickerton (idem), acontece graças à ação do que ele chamou de *bioprograma de aquisição da linguagem*, dispositivo mental comum a todos os indivíduos da espécie humana, responsável pelo desenvolvimento gramatical da língua materna das crianças.

Opondo-se à visão de Bickerton, os defensores da hipótese do substrato (LEFÈBVRE, 1998; 2001; LUMSDEN, 1999; SIEGEL, 2008) acreditam que os falantes de outras línguas, ao se comunicarem utilizando um conjunto reduzido de itens lexicais da língua do grupo dominante, mobilizam os mecanismos gramaticais de suas línguas nativas, criando as condições para a ocorrência do processo que Siegel (2008) denomina *transferência* de mecanismos gramaticais de substrato, ou para o processo de *relexificação*, formulado por Lefèbvre (1998; 2001), em que os falantes usam um item lexical da LA com as especificações gramaticais de um item similar da língua nativa. Esses processos de transferência/relexificação seriam responsáveis pela implementação da estrutura gramatical do pidgin, o que possibilitaria a aquisição da língua materna pelas crianças nascidas em situação de contato.

Independentemente de sua fonte (*bioprograma de aquisição da linguagem* ou processos de *transferência* e *relexificação*), o fato é que línguas adquiridas em situação de contato caracterizam-se pela recomposição original de sua estrutura gramatical. Baxter (1992), Baxter e Lucchesi (1993; 1997), Lucchesi (2009, 2015) etc. têm defendido o conceito de *transmissão linguística irregular do tipo leve*, como a que possivelmente ocorreu, no Brasil, para explicar a existência de mudanças decorrentes do massivo contato entre línguas, sem que as alterações aí ocorridas “cheguem a configurar a emergência de uma nova entidade linguística qualitativamente distinta” (LUCCHESI, 2009, p. 255). A consequência mais notável dos processos de transmissão linguística irregular do tipo leve é a erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional, como as marcas de concordância (que, para nós, são uma das razões pelas quais se percebe a reestruturação do sistema de marcação possessiva, no semiárido baiano).

O que defendemos pode ser assim sintetizado: os africanos que aprenderam, de maneira emergencial, o português (fora, portanto, do período crítico de aquisição de uma língua) foram expostos a *inputs* não muito robustos e estruturalmente complexos. Uma vez que os dados da experiência relevantes para a aquisição precisam ser constituídos de elementos robustos e estruturalmente simples (LIGHTFOOT, 1991), a situação sociolinguística de aquisição da L2 levou os africanos a duas direções: ora eles interpretavam os DLP de maneira divergente e, uma vez que a gramática nova diferia no

seu *output* da gramática original apenas levemente, os falantes de português L2 não notaram a diferença e então não corrigiram seu erro (KROCH, 2003) – isso ocorre porque falantes adultos, fora da fase crítica de aquisição de uma língua, são incapazes de adquirir traços das categorias funcionais parametrizadas (HAWKINS; CHAN, 1997; FRANCESCHINA, 2002, 2003); ora eles fixaram os parâmetros da L2 com base em seu conhecimento da L1, por meio de processos de transferência ou relexificação (LEFÈBVRE, 2001; GALVES; AVELAR, 2014; SIEGEL, 2006; SCHWARTZ; SPROUSE, 1994; SPROUSE, 2006). É por isso que se atesta, no *corpus* com que trabalhamos, usos (raros) da estratégia *preposição + pronome pessoal do caso reto* (*de eu; de nós*, por exemplo), presente em línguas crioulas (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009, p. 510).

O contato cada vez mais próximo entre as crianças africanas, filhas da primeira geração de africanos que aprendeu o português como L2, e outros falantes de português L1 e o maior acesso à escola visto nas últimas décadas certamente fez com que, no *corpus*, o uso da estratégia supracitada para expressar a posse seja tímido, com raríssimos dados. A escassez dos dados, entretanto, não é uma fêrula à pesquisa, mas algo importantíssimo para confirmar a hipótese de que, em épocas pretéritas, no Brasil, deve-se ter usado essa estratégia para todas as pessoas do paradigma pronominal (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009, p. 509). Os dados atestados seriam um resquício dessa época.

Ademais, há que se ter em mente que o uso abundante de *da gente* para expressar a posse referente a P4 pode ser resultado de uma mudança encaixada (WEIREICH; LABOV; HERZOG, 2006) à perda de morfologia flexional, característica geral das línguas afetadas por contato interlinguístico (GUY, 2005; LUCCHESI *et al.*, 2009; BAXTER, 2012 entre outros). Isso porque é possível que o uso da estratégia *preposição + pronome pessoal* seja um modo de o falante evitar o uso de plural, com a variante conservadora, como se verá, no item 4.

4 A MARCAÇÃO POSSESSIVA NA FALA RURAL BAIANA

Apresentaremos e discutiremos, aqui, os resultados obtidos nas rodadas do pacote estatístico Goldvarb (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), no estudo sobre a variação no uso dos possessivos de primeira pessoa do plural (*de nós, da gente e nosso* e flexões). Utilizamos, para isso, os recursos metodológicos da Sociolinguística Quantitativa (WEIREICH, LABOV, HERZOG, 2008). Os resultados são discutidos à luz dos pressupostos teóricos anteriormente apresentados e comparados com os resultados obtidos em outros trabalhos sobre o tema.

Foram coletadas ocorrências da marcação de posse em entrevistas com falantes de sete comunidades rurais do interior da Bahia. A matriz étnica que majoritariamente formou cada uma dessas comunidades interessa sobremaneira a esta pesquisa. Isso porque há comunidades majoritariamente formadas por africanos (Piabas e arredores, Barra dos Negros/Bananal, Casinhas e Matinha), por portugueses (Lagoa do Inácio e Mato Grosso) e uma formada majoritariamente por indígenas (Tápera), o que facilita o mapeamento das influências africanas, objetivo deste estudo, no fenômeno sobre o qual ora nos debruçamos.

Os falantes entrevistados são analfabetos ou semianalfabetos, o que também contribui para esta pesquisa, na medida em que a vertente do PB com a que estamos trabalhando é a popular. Ora, em falantes com pouca ou nenhuma escolaridade, espera-se que haja pouca ou nenhuma

influência da mídia e da escola, instituições representativas, por excelência, da vertente culta de uma língua³.

São exemplos da variável dependente em estudo:

- (1) No dia só Deus sabe, o dia **de nós** (...). (HGL)
- (2) Escolheu o grupo **da gente** e depois a gente que era mais velho do grupo que formou o grupo. (AO)
- (3) Rapai, eu acho... tem horas que é decente morar c'um **nosso** pai, mas tem hora que passa mei sufoco, né? (HGL)

As variantes *de nós* e *da gente* foram analisadas juntas, como *posse analítica*, por dois motivos. Primeiramente, porque queremos observar, repetimos, se o PB utilizado no semiárido baiano usa formas analíticas para expressar a posse, o que, possivelmente, é vestígio de uma fase de crioulização, ainda que do tipo leve, em microssituações. Segundo, porque a forma *de nós* é rara no *corpus*. Houve apenas três dados dessa variante, o que se justifica por um “avançado processo de assimilação de padrões linguísticos e culturais urbanos que se acelerou na segunda metade do século XX que estaria eliminando as principais marcas decorrentes da formação multilíngue do PB” (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009, p. 502).

A tabela 1 e o gráfico 1 mostram a distribuição geral das ocorrências das variantes no *corpus*.

<i>De nós</i>	<i>Da gente</i>	<i>Nosso e flexões</i>
03 ocorrências 1,7%	109 ocorrências 57%	79 ocorrências 41,3%

Tabela 1: Distribuição geral das ocorrências

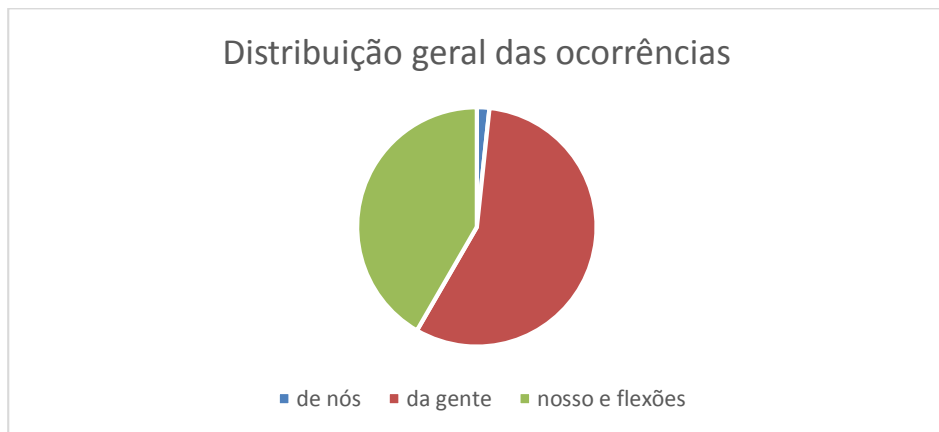


Gráfico 1: Percentuais das ocorrências das variáveis dependentes no *corpus*

³ É claro que, ao dizer isso, estamos falando em regra geral. No que concerne especificamente às comunidades por nós estudadas, no entanto, há que se levar em consideração o encontro das normas populares e culta que se tem percebido, no Brasil – fato de que trataremos, mais adiante.

A tabela 1 e o gráfico 1 ilustram que a hipótese de que, assim como atestado em comunidades afrobrasileiras isoladas (ARAÚJO, 2005; LUCCHESI; ARAÚJO, 2009), em comunidades rurais do semiárido baiano, existiria a preferência na utilização de posse analítica foi confirmada. No entanto, a diferença não é tão grande, o que pode significar duas coisas: ou há uma variação equilibrada entre os usos das formas *da gente* e *nosso* (*de nós* merece atenção exclusiva, como diremos, a seguir) ou, no *corpus* sobre o qual nos debruçamos, os falantes, cientes de que, ao serem entrevistados, recebem uma pressão social concernente ao uso linguístico (*problema da avaliação*), especulam ser mais prestigioso o uso da forma padrão (*nosso*). Outros trabalhos, sobretudo aqueles que fazem pesquisas sociolinguísticas etnográficas, podem ser melhores esclarecedores dessa questão.

Além disso, o trabalho em Linguística Histórica com *corpus* tem, inevitavelmente, um problema metodológico com que precisa lidar o pesquisador (pelo menos aquele que utiliza os pressupostos da Teoria da Gramática): o fato de que, em *corpora*, só aparecem evidências positivas. As evidências negativas, a partir das quais se conheceriam as sentenças agramaticais, no tocante ao fenômeno em estudo, jamais são conhecidas. Portanto, o fato de estarmos considerando que ocorrências com marcação de posse cujo possessivo encontrado é *de nós* são importantes achados desta pesquisa se deve justamente à possibilidade de dizer, com base no *corpus* do semiárido baiano, que é gramatical, nas comunidades de fala estudadas, esse tipo de marcação possessiva, também atestada em línguas crioulas (LOPES DA SILVA, 1984; ALMADA, 1961; KIHM, 1994; FERRAZ, 1979; MINGAS, 1998; MARLYSE, 2002; GALVES; AVELAR, 2014 etc.) e em comunidades afro-brasileiras isoladas (ARAÚJO, 2005; LUCCHESI; ARAÚJO, 2009). O pequeno uso dessa forma pode ser um vestígio de uma época em que a mesma estratégia (*preposição + pronome pessoal do caso reto*) concorria com as formas sintéticas tradicionais em todas as pessoas do discurso, na fala de estrangeiros aprendentes de português, numa situação de ASL, em contexto de contato interlinguístico (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009).

Por isso, apesar de termos rodado os dados de *de nós* e de *da gente* como uma mesma variável dependente, discutiremos melhor os dados da forma crioulezante *de nós*.

Para o estudo da variação na marcação de posse de que trata este trabalho, foram consideradas doze variáveis explanatórias, das quais oito são de natureza linguística (*tipo de posse, referencialidade do referente, distribuição da posse, quantificação do referente possuído, presença de núcleo no SN com o elemento possessivo, função sintática do SN com o elemento possessivo, paralelismo sintático-discursivo e paralelismo formal*) e quatro são de natureza sociocultural (*sexo, faixa etária, comunidade e matriz étnica principal da comunidade*). Todas as variáveis foram discutidas anteriormente.

Numa primeira rodada dos dados, houve um KNOCKOUT, o que nos obrigou a excluir o grupo *paralelismo formal*, irrelevante para a análise. Na segunda rodada, o programa estatístico Goldvarb selecionou, como relevantes ao estudo da variação, quatro grupos de fatores (por ordem de importância): *distribuição da posse, faixa etária, sexo e referencialidade do referente*. Trataremos, agora, de cada grupo separadamente.

4.1 GRUPOS DE FATORES SELECIONADOS PELO GOLDVARB

4.1.1 Distribuição da posse

Com base em estudos anteriores sobre o mesmo fenômeno, sobretudo os de Araújo (2005) e Lucchesi e Araújo (2009) – de que já falamos aqui, algumas vezes – postulamos o princípio de que menos concordância favoreça o uso de formas analíticas para expressar a posse. Isso porque, ao usá-las, o falante pode estar sucumbindo à tendência de evitar redundância na marcação de plural no sintagma nominal de que faz parte o elemento possessivo. Daí termos controlado as variáveis *quantificação do referente possuído*, de que são exemplos as frases (a) e (b), abaixo, e *distribuição de posse*:

- (4) É, pra arar as terrinhas **da gente**, que a gente não pode pagar, aí tem quatro garrotinho. (A. de J.)
 (5) Que o pref...o prefeito de **noossa** região sempre é bom. (A.S. de C.)

Em (4), o falante utiliza a forma analítica *da gente*, possessivo que tem referente múltiplo (terrinhas), ao passo que, em (5), o informante utiliza a forma sintética *noossa*, que tem referente único (região). É possível que o falante esteja, ao utilizar *da gente*, no exemplo (4), evitando a marcação de plural. No entanto, a despeito do que aventávamos, a variável *quantificação do referente possuído* não foi selecionada pelo Goldvarb. Ainda assim, apresentamos, abaixo, os resultados percentuais dessa variável, na medida em que acreditamos que ela nos revela elementos interessantes para o nosso estudo.

Fatores	Posse analítica (da gente/ de nós)/ Total	Percentual
Único	86/157	54%
Múltiplo	26/34	76%

Tabela 2: Posse analítica com relação ao grupo ‘quantificação do referente possuído’

Como se pode notar na tabela 2, a posse analítica é mais frequente (76%) quando o referente possuído é múltiplo. Isso nos permite afirmar que, assim como hipotetizávamos, o uso de formas analíticas para marcação de posse está atrelado à tendência à perda da morfologia flexional, prototípica de situações de ASL em contexto de contato interlinguístico.

Já a variável *distribuição da posse*, essa, sim, selecionada como relevante pelo programa estatístico, diz respeito a saber se o elemento possuído pertence igualmente a todos os possuidores, como no exemplo (6), ou se, em lugar disso, cada possuidor tem a posse de um elemento, como no exemplo (7).

- (6) Pelo meno, óh, não tem muito conforto, sabe? As pessoa tem que trabalha pra viver, mas pelo meno a gente dorme o sono **da gente** tranquilo, não precisa tá com medo, né? (MSFS)

- (7) Não, não tenho vontade de morar em outro lugar não. Eu costumei aqui no lugar **nosso** aqui, no Mato Grosso. Acho que aqui, aqui dá pra gente... dá pra viver, né? (GGL)

Controlamos essa variável aventando a hipótese de que, em exemplos cujo elemento possuído fosse múltiplo, o falante preferencialmente usaria a posse sintética. Mais uma vez, tratar-se-ia, em nossa hipótese, de uma preferência de uso impulsionada pela tendência à perda da morfologia flexional, prototípica de situações de ASL em contexto de contato interlinguístico. Essa hipótese foi confirmada, como se pode observar na tabela 3:

Fatores	Posse analítica (da gente/ de nós)/ Total	Percentual	Peso relativo
Posse distributiva	59/75	78%	.64
Posse coletiva	53/116	54%	.40

Input = 0.623; Log likelihood = -101.087; Significance = 0.004

Tabela 3: Posse analítica com relação ao grupo ‘distribuição da posse’

Houve, no *corpus*, 78% de uso de formas analíticas em contexto de posse distributiva, ao passo que, em 54% dos casos, usaram-se essas formas em contexto de posse coletiva. A análise dos pesos relativos permite afirmar que a posse distributiva favorece a regra de aplicação da variável dependente em estudo.

4.1.2 Faixa etária

Na análise estatística do Goldvarb, a variável *faixa etária* apresentou relevância. Conforme a tabela 4, as faixas I e II são as que mais favorecem a regra de aplicação da variável dependente em estudo, isto é, o uso de formas analíticas para expressar a posse. Por outro lado, observando-se os pesos relativos, ainda na tabela 4, a faixa III (peso relativo .16) dá primazia ao uso da forma sintética, tradicional, para marcar a posse.

Fatores	Posse analítica (da gente/ de nós)/ Total	Percentual	Peso relativo
Faixa I (18-38 anos)	47/75	62%	.56
Faixa II (39-58 anos)	54/81	66%	.61
Faixa III (acima de 58)	11/35	31%	.16

Input = 0.623; Log likelihood = -101.087; Significance = 0.004

Tabela 4: Posse analítica com relação ao grupo ‘faixa etária’

Os dados são reveladores de algo já há muito conhecido por quem estuda variação linguística utilizando dados de *corpus*. Normalmente, falantes mais velhos são mais conservadores e, por isso, utilizam, em maior número, as formas conservadoras, ao passo que, no caso dos mais jovens, há preferência pelo uso das formas inovadoras. Estamos considerando aqui, mais uma vez, a variação *da gente* ~ *nosso* e flexões. Como se pôde depreender da tabela 4, a forma inovadora *da gente* é mais utilizada pelos mais novos.

No caso particular do uso da forma *de nós*, de que trataremos, mais amplamente, na seção 4.3, todas as ocorrências são de falantes da faixa III, o que confirma, mais uma vez, a nossa hipótese de que tal forma é vestígio de épocas pretéritas do PB.

3.1.3 Sexo

Os resultados do Goldvarb para a análise da variável *sexo* não confirmaram a nossa hipótese inicial, de que as mulheres seriam mais conservadoras do que os homens. Os dados, sintetizados na tabela 5, mostram que as mulheres usam mais as formas analíticas do que os homens.

Fatores	Posse analítica (da gente/ de nós)/ Total	Percentual	Peso relativo
Feminino	69/103	67%	.63
Masculino	43/88	48%	.34

Input = 0.623; Log likelihood = -101.087; Significance = 0.004

Tabela 5: Posse analítica com relação ao grupo ‘sexo’

Para nós, esse resultado pode ser explicado assim: a leitura das entrevistas com os falantes do semiárido baiano também traz luz à compreensão dos resultados do estudo da variável *sexo*. Nas comunidades de fala estudadas, todas as mulheres entrevistadas trabalham, de alguma maneira, para o sustento da família. Isso, de alguma forma, contribui para que elas tenham maior acesso às inovações linguísticas circulantes em sua comunidade.

No entanto, nossa interpretação, sobretudo para essa variável, carece, ainda, de maiores evidências empíricas. O pouco número de dados de expressão de posse em entrevistas do tipo DID (diálogo entre informante e documentador) pode estar influenciando alguns resultados. É preciso alargar o estudo, utilizando outras comunidades com formação sócio-histórica semelhante.

4.1.4 Referencialidade do referente

Omena (1986) afirma, com base em estudos diacrônicos sobre a variação *nós* ~ *a gente*, que a forma analítica, utilizada como pronome pessoal, pode estar perpetuando, hoje, o traço [+ genérico] da forma nominal *a gente*. Segundo a autora, o pronome pessoal *a gente*, de primeira pessoa do plural (semanticamente), surge a partir da gramaticalização

da forma nominal *a gente*, inicialmente de terceira pessoa do singular, utilizada em contextos genéricos.

Concordando com Omena, decidimos controlar a variável *referencialidade do referente*, a fim de percebermos se a forma possessiva *da gente* é utilizada, de forma predominante, com referente genérico. Os exemplos abaixo ilustram os fatores da variável *referencialidade do referente*:

- (8) Aqui a gente comemora na casa **da gente** mehmo, mai os filho. (MJ)
- (9) Não conseguiu ainda, mas a adevogada falou pra gente que o direito é **nosso**. (AO)
- (10) Gosto de cozinhar. A vida **da gente** é essa mesmo. (MSCS)

No exemplo (8), o referente é indefinido, isto é, refere-se a um grupo grande de pessoas. Nesse trecho da entrevista, o falante trata de uma comemoração que é feita na comunidade de que faz parte. No exemplo (9), o falante se refere a um direito da família, pelo qual briga, na justiça. Portanto, o referente a que se liga a forma possessiva *nosso* é definido. Já em (10), o referente é genérico, uma vez que, no trecho da entrevista do qual se retirou esse exemplo, o informante tratava do papel social da mulher. “A vida da gente”, portanto, refere-se à vida da mulher.

Os resultados obtidos na análise dessa variável seguem na tabela 6.

Fatores	Posse analítica (da gente/ de nós)/ Total	Percentual	Peso relativo
Definido	46/86	53%	.46
Genérico	41/47	87%	.77
Indefinido	25/58	43%	.32

Input = 0.623; Log likelihood = -101.087; Significance = 0.004

Tabela 6: Posse analítica com relação ao grupo ‘referencialidade do referente’

De fato, conforme aventamos, o contexto no qual mais se utilizam formas analíticas para marcação de posse é aquele cujo referente é genérico. Nesses casos, o peso relativo é de .77, o que permite afirmar que referente genérico favorece a regra de aplicação da variável dependente (posse analítica).

4.1.5 Comentários a respeito dos resultados estatísticos

Os resultados estatísticos da rodada de dados que apresentamos, há pouco, podem ser assim sintetizados como demonstra a tabela 7.

Variáveis independentes	Fator condicionador	Nº de ocorrências/ total	Frequência	Peso relativo	Hipótese
Distribuição da posse	Posse distributiva	59/75	78%	.64	Confirmada
Faixa etária	Faixa II (39-58 anos)	54/81	66%	.61	Confirmada

Sexo	Feminino	69/103	67%	.63	Negada
Referencialidade do referente	Genérico	41/47	87%	.77	Confirmada

Input = 0.623; Log likelihood = -101.087; Significance = 0.004

Tabela 7: Contextos mais favoráveis ao uso da estratégia analítica na expressão de posse referente a P4 em comunidades do semiárido baiano

Destacamos, na tabela 7, os contextos que mais favorecem o uso da estratégia analítica para marcação possessiva, nas comunidades rurais do semiárido baiano sobre as quais se debruça esta pesquisa. Observa-se que, particularmente no que se refere às variáveis independentes selecionadas pelo programa Goldvarb, apenas uma não condiz com a nossa hipótese. A explicação está ainda por ser encontrada. Em virtude dos limites deste trabalho para uma explicação detalhada das razões pelas quais as mulheres (e não os homens, como esperávamos) usam mais a variável em estudo, apresentamos algumas hipóteses: ora as mulheres entrevistadas se inserem, igualmente aos homens, em variadas atividades sociais, em suas comunidades; ora os dados, porque poucos, não ilustram a realidade desta variável.

Conforme hipotetizamos, a utilização da estratégia analítica para expressão de posse, nas comunidades analisadas, está encaixada à tendência que línguas “afetadas” por contato interlinguístico têm de reduzir a morfologia flexional. Isso fica claro quando se percebe, principalmente, que, em contexto de posse distributiva (e não coletiva) e de referente possuído múltiplo (e não único), os falantes dão primazia significativa ao uso da estratégia analítica, ora com a forma *de nós*, ora com a forma *da gente*, em lugar do uso da estratégia tradicional, *nosso* e flexões.

4.2 ANÁLISE CONTRASTIVA

Um dos objetivos desta pesquisa era saber se as comunidades rurais do semiárido baiano, assim como as afrobrasileiras estudadas por Araújo (2005) e Lucchesi e Araújo (2009), marcavam a posse com estratégia analítica, inclusive com a forma crioulizante *de nós*. Como se pôde perceber, a nossa hipótese (de que a resposta a essa pergunta era afirmativa) foi confirmada.

De fato, as comunidades do semiárido baiano por nós estudadas dão primazia à marcação possessiva, na primeira pessoa do plural (contexto com maior número de dados a serem rodados), com a estratégia *preposição + pronome pessoal do caso reto*. Os resultados obtidos neste trabalho e nos trabalhos de Araújo e Lucchesi e Araújo são bastante parecidos, conforme mostra a tabela 8.

	De nós	Da gente	Nosso e flexões
Comunidades rurais: semiárido baiano	03 ocorrências (1,7%)	109 ocorrências (57%)	79 ocorrências (41,3%)

Tabela 8: Análise contrastiva da expressão de posse no semiárido baiano e em comunidades afro-brasileiras isoladas

A preferência pelas formas analíticas para expressão de posse observada nos dois grupos de comunidades acima mencionados é perceptível também na norma popular da cidade de Feira de Santana/BA, como se percebe em nossa nona tabela.

	Ocorrências/total	Porcentagem
<i>Da gente</i>	29/46	63%
<i>Nosso</i> (e flexões)	17/46	37%

Tabela 9: Distribuição geral das ocorrências de *da gente* e *nosso* (e flexões) na norma popular de Feira de Santana/BA

Fonte: Araújo (2009)

Por outro lado, na norma culta de Feira de Santana/BA, Da Silva (2009) encontrou resultados opostos aos da norma popular baiana, como se percebe na tabela 10.

	Ocorrências/total	Porcentagem
<i>Da gente</i>	20/59	33%
<i>Nosso</i> (e flexões)	39/59	66%

Tabela 10: Distribuição geral das ocorrências de *da gente* e *nosso* (e flexões) na norma culta de Feira de Santana/BA

Fonte: Da Silva (2009)

A partir da comparação dos dados aqui expostos, é possível afirmar que, de fato, há, entre as normas popular e culta, assim como postulou Lucchesi (2001), uma *polarização sociolinguística* do português do Brasil. Essa polarização aparta

[...] a fala de uma elite que sempre teve os olhos voltados para a Europa, em busca de seus modelos culturais e linguísticos, da fala da grande população que, no cadinho de sua pluralidade étnica, cultural e linguística, forjou os elementos definidores da originalidade cultural e linguística do Brasil, que tanto assombram e encantam o mundo ocidental, desautoriza todos os estudos que apresentam *uma história única para o português brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 30).

Essa bifurcada história sociolinguística do português do Brasil é evidente nas estratégias de marcação de posse utilizadas nas comunidades supracitadas. Ao passo que a norma culta de Feira de Santana explicita uma maior proximidade com a norma-padrão, justificada pelos modelos culturais e linguísticos que, historicamente, sempre foram buscados pelas camadas mais privilegiadas econômica e intelectualmente, a norma popular, tanto da própria cidade de Feira de Santana quanto das demais comunidades rurais da Bahia, apresentam um comportamento que se caracteriza como vestígio de um período em que, provavelmente, utilizaram-se formas analíticas para todas as pessoas do discurso (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009, p. 499). A forma *da gente* deve ser remanescente desses usos.

Por fim, os resultados aqui obtidos são também similares aos de pesquisas com línguas crioulas (LOPES DA SILVA, 1984; ALMADA, 1961; KIHM, 1994; FERRAZ,

1979; MINGAS, 1998; MARLYSE, 2002; GALVES; AVELAR, 2014 etc.), nas quais a estratégia *preposição + pronome pessoal do caso reto* concorre com formas tradicionais, sintéticas, por vezes, em todas as pessoas do discurso.

Essa análise dos dados do semiárido baiano em contraste com os dados das comunidades afro-brasileiras isoladas e de línguas crioulas é mais um argumento plausível para defender que a estratégia analítica de marcação possessiva tem origem, muito provavelmente, em épocas pretéritas do PB, em razão de duas questões bastante discutidas aqui: o contato entre línguas e a ASL (imperfeita, como não poderia deixar de ser, vistas as condições sócio-históricas em que os estrangeiros adquiriram o PB).

4.3 DE NÓS, DA GENTE: UMA ESTRATÉGIA, DUAS HISTÓRIAS

Durante toda a apresentação dos dados, deixamos clara uma atitude metodológica nossa: separar o que era dado de *da gente* e o que era dado de *de nós*, apesar de, na rodada, utilizarmos essas duas variantes como uma mesma variável (o que se justifica por razões estatísticas e pelo pouco número de dados de *de nós*, o que ocasionaria diversos knockouts). De fato, as duas formas analíticas utilizadas para expressar a posse referente a P4, no semiárido baiano, têm histórias distintas.

Estudos sobre a variação no uso de pronomes possessivos referentes a P4 têm demonstrado que o aparecimento da forma possessiva *da gente* deve-se à gramaticalização da forma nominal *a gente* (NEVES, 1993; MONTEIRO, 1994; OMENA, 2003 etc.). Tratar-se-ia, então, segundo esses autores, de uma mudança encaixada, nos termos de WLH (2006). Assim, a implementação da forma possessiva *da gente* teria, ainda segundo esses estudos, razões internas ao sistema linguístico.

Não obstante, não devemos perder de vista que as ocorrências residuais de formas crioulizantes como *de nós* e *de eu*, atestadas em Lucchesi e Araújo (2009) e também nesta pesquisa, parecem anteriores à variação *nosso ~ da gente*, já que o uso dessa estratégia analítica é comum na expressão de posse em línguas crioulas.

Por isso, concordamos com os trabalhos de Neves (1993), Monteiro (1994) e Omena (2003), quando afirmam que a forma *da gente*, que, diferentemente da forma *de nós*, aparece, inclusive, na fala culta (DA SILVA, 2009), é resultado de uma mudança encaixada à gramaticalização da forma nominal *a gente*. No entanto, esse argumento não invalida a hipótese de que a estratégia *preposição + pronome pessoal do caso reto* seja típica de línguas formadas em contexto de contato interlinguístico e ASL imperfeita. Basta, para isso, notar que, em Portugal, mesmo com a gramaticalização da forma nominal *a gente* como pronome pessoal, não são encontrados dados de um possessivo *da gente* (ARAÚJO; SILVA, 2014).

Portanto, a presença residual da expressão *de nós* na fala das comunidades rurais do semiárido baiano remete para um estágio de formação dessas comunidades em que, em função do tipo de variação e mudança que ocorre nos processos de transmissão linguística irregular desencadeados pelo contato massivo entre línguas, predominaram as formas analíticas em detrimento das formas sintéticas com flexão de caso. Porém, conforme afirmam Lucchesi e Araújo (2009, p. 511), as formas analíticas, como *de eu* e *de nós*, estariam se perdendo, com o avanço das formas sintéticas, como *meu* e *nosso*, e, no

caso da 1ª pessoa do plural, a substituição de *nós* por *a gente*, na função de sujeito, possibilitou a substituição de *de nós* por outra forma analítica: *da gente*.

Parece-nos claro que a grande vitalidade do SP *da gente* para expressar a posse no semiárido baiano, diferentemente do que se observa na fala culta de Feira de Santana, por exemplo, conforme expusemos, no item 4.2, pode ser explicada pelo fato de a gramática dessas comunidades com que trabalhamos já conter a possibilidade estrutural de expressão de posse por meio de um SP com a preposição *de*, já que, provavelmente, em estágios anteriores, a forma *de nós* teve presença maciça (ou mesmo exclusiva).

A união, em nosso estudo, das variantes *de nós* e *da gente* se deu também para testarmos o princípio do uniformitarismo (LABOV, 1986). Ora, se é verdade que as mesmas forças que atuam, hoje, na variação devem ter atuado, no passado, podemos dizer, então, que, no passado, quando a estratégia analítica de marcação possessiva era predominante no PB, o que estava em jogo era mesmo a tendência de perda de morfologia flexional, típica de contextos de ASL imperfeita, em situação de contato interlinguístico. Essa hipótese foi confirmada: conforme apresentamos, o controle das variáveis *distribuição da posse e quantificação do referente possuído* comprova que a escolha pela posse analítica se dá preferencialmente em contextos de posse distributiva e referente múltiplo (isto é, em contextos em que o falante, através da marcação de posse com as formas *de nós* e *da gente*, evitam a marcação redundante de plural, no sintagma nominal com o elemento possessivo).

Os três dados de *de nós* encontrados nas comunidades do semiárido baiano seguem abaixo:

(11) A gente saiu sem direiti. É Deus que eu tinha essa casinha aqui, aí a gente ficou aqui. Aí eu tenho um pedacinho de terra ainda mais eu ...Mode a gente tirar um pinguim de mei pa comer, é longe a terra **de nós**. (MJO)

(12) É. O avô de... de.../ faz um banho. E é difíci tomém curador fazer as coisa ne presença **de nós**, num é? (JF de S)

(13) No dia só Deus sabe, o dia **de nós** todo. (HGL)

O que mais nos chamou a atenção, além do próprio aparecimento da forma *de nós*, no *corpus*, é que todas elas são de comunidades majoritariamente formadas por africanos (Casinhas, Piabas e Matinha, respectivamente) e todas elas apareceram em entrevistas com falantes da faixa III (acima de 59 anos). É mais uma evidência de que a estrutura possessiva é, muito provavelmente, resquício de épocas pretéritas do PB e de que as línguas africanas com que o português teve contato, no território brasileiro, deixaram mesmo significativas influências na língua aqui falada.

Em relação ao desaparecimento da forma *de nós*, nas comunidades do semiárido baiano estudadas, podemos afirmar que ele se justifica por um “avançado processo de assimilação de padrões linguísticos e culturais urbanos que se acelerou na segunda metade do século XX que estaria eliminando as principais marcas decorrentes da formação

multilíngue do PB” (LUCCHESI; ARAÚJO, 2009, p. 502). Sobre isso, afirma Bortoni-Ricardo (2011, p. 33):

Os vernáculos ficaram por muito tempo mais ou menos circunscritos às regiões interioranas e isoladas. No século XX, porém, assistimos a dois fenômenos de notáveis consequências linguísticas: a migração das populações de pequenas cidades e zonas rurais para os grandes centros e a difusão dos meios de comunicação de massa. Instala-se, então, nesses centros, um processo de diglossia, onde atuam duas forças antagônicas: por um lado, o padrão tradicional de redução flexional da própria língua, exacerbado pela situação de contato entre dialetos diferentes; por outro, a pressão do prestígio da norma culta, imposta pela ação da escola, dos meios de comunicação e do *status* das classes mais favorecidas. Decorre desse processo o declínio dos vernáculos que se transformam em dialetos urbanos de classe baixa, acentuando-se provavelmente a estratificação vertical da língua. Ao se radicar na zona urbana, o indivíduo egresso de zonas rurais ou rurbanas [com traços tanto rurais quanto urbanos] percebe mais facilmente a estigmatização que recebem os itens lexicais e expressões mais salientes de sua fala regional. Por isso tende a substituí-las por sinônimos de cunho urbano.

Com o avanço dos processos de urbanização e industrialização, no Brasil do século XX, devem ter desaparecido, na língua falada nas zonas rurais do país, os seus traços mais peculiares, os quais são resquícios de processos de transmissão linguística irregular. Podemos, assim, falar em *target shift*⁴⁴ (BAKER, 1982): os falantes, ao longo do crescimento econômico do país, deixaram de ter como LA aquela aprendida no seio da comunidade de fala e assimilaram padrões de comportamento linguístico de cunho mais urbanos, mais prestigiosos socialmente. O desaparecimento de *de nós* e assimilação das formas *da gente* e *nosso* devem-se, muito provavelmente, a isso.

CONCLUSÃO

O estágio atual da variação entre as estratégias de expressão de posse, ora com formas analíticas, ora com formas sintéticas, parece revelar uma competição entre duas gramáticas: uma que imita os modelos do PE, outra que é remanescente de um período de aquisição imperfeita do português por escravos africanos. Trata-se, pois, de mais uma evidência de que há, entre as normas popular e culta do português do Brasil, um fosso, separando-as.

A razão pela qual se veem duas gramáticas distintas em competição no Brasil parece verossímil, em virtude de não se atestar, no PE, uso da estratégia *preposição + pronome pessoal do caso reto* para marcar relação possessiva. Essa estratégia, no entanto, é recorrente em línguas crioulas (LOPES DA SILVA, 1984; ALMADA, 1961; KIHM, 1994; FERRAZ, 1979; MINGAS, 1998; MARLYSE, 2002; GALVES; AVELAR, 2014 etc.) e também é encontrada nas regiões afro-brasileiras isoladas (ARAÚJO, 2005; LUCCHESI; ARAÚJO, 2009).

⁴⁴ “Mudança de alvo”, em português.

É possível, portanto, que a estratégia analítica esteja em uso por duas razões: ou se trata de um remanescente de uma época em que os africanos, aprendendo o português como L2 em situação emergencial, tenham feito processos de transferência e relexificação (LEFÈBVRE, 2001; SIEGEL, 2006; SCHWARTZ; SPROUSE, 1994; SPROUSE, 2006) de sua L1 para a L2 em processo de aquisição. Isso é possível, na medida em que, segundo Romaine (1988, p. 28), a substituição de formas sintéticas por formas analíticas é uma constante em situações de contato entre línguas, de modo que formas complexas são decompostas em seus componentes. Segundo a autora, conforme dissemos, formas mais complexas e de difícil decodificação (ou, em outras palavras, DLP não muito claros para o aprendiz de L2) são substituídas por conjuntos de formas independentes mais simples e cujo significado é mais transparente. Essa explicação é altamente confiável quando se trata do raro uso das expressões *de eu* e *de nós*, no semiárido baiano.

No caso do uso de *da gente*, que acontece de forma predominante na expressão de posse referente a P4 na norma popular, mas que também aparece, timidamente, na norma culta, é preciso deixar clara outra questão: a gramaticalização da forma nominal *a gente* em pronome pessoal do caso reto. Graças a esse processo, e com o desaparecimento da forma estigmatizada socialmente *de nós*, houve a implementação do possessivo inovador *da gente*.

Assim, acreditamos que a variação atestada no uso das estratégias de marcação possessiva revela processos típicos de dinâmicas de contato interlinguístico e, mais amplamente, de transmissão linguística irregular. Esses usos divergentes da gramática do PE revelam, para nós, a tendência de não realizar a morfologia flexional e também alterações nas estruturas da LA graças às características típicas de ASL imperfeita (ROBERTS, 2007; HAWKINS; CHAN, 1997; FRANCESCHINA, 2002, 2003; SIEGEL, 2008; KLEIN; PERDUE, 1997). Estamos dizendo, com isso, que acreditamos que a mudança linguística, em geral, ocorre na aquisição, em virtude de falhas na fixação dos parâmetros da língua em aquisição (KROCH, 2005).

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. *Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- ALMEIDA, N & CARNEIRO, Z. (Org.). *Coleção amostras da língua falada no semi-árido baiano*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.
- ARAUJO, Silvana Silva de Farias (2005). *Nosso, da gente e de nós: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro*. 224 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 29.04.2005.
- BAXTER, Alan. *A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do estado da Bahia*. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Orgs.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p. 7-36.
- BICKERTON, Derek. How to acquire language without positive evidence: what acquisitionists can learn from Creoles? In: DEGRAFF, Michel (Ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*. Cambridge: The MIT Press, 1999. p.49-74.

- CERQUEIRA, Vicente C. *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.
- DA SILVA, Marinez Aparecida Almeida. *As formas nosso (a) (s) / da gente na expressão de posse referente à primeira pessoa do plural no português culto falado em Feira de Santana-Ba*. 63f. Monografia (especialização em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.
- FERRAZ, Luiz Ivens. *The Creole of São Tomé*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.
- HAWKINS, Roger; CHAN, Yuet-Hung. The partial availability of universal grammar in second language acquisition: the failed functional features hypothesis. *Second Language Research*, London, v.13, n.3, p.187-226, 1997.
- HOLM, J. Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: GILBERT, G. G. (Ed.). *Pidgin and Creole languages*. Essays in Memory of John E. Reinecke. Honolulu: University of Hawaii Press, 1987. p.406-429.
- HOLM, J. Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (Org.). *Actas do Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p.37-66.
- KIHM, Alain. *Kriyol Syntax: the Portuguese-Based Creole language of Guinea-Bissau*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- KLEIN, Wolfgang; PERDUE, Clive. The basic variety (or couldn't natural languages be much simpler?). *Second Language Research*, London, v.13, n.4, p.301-347, 1997.
- KROCH, Anthony. *If at first you don't succeed: the time course of language acquisition and its implication for language change*. 2005. Ms.
- KROCH, Anthony. Syntactic change. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. (Ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts: Blackwell, 2001. p.699-729.
- LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAN, Christine (Ed.). *L2 acquisition and Creole genesis: dialogues*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.
- LIGHTFOOT, David. Creoles and cues. In: DEGRAFF, Michel (Ed.). *Language creation and language change: creolization, diachrony, and development*. Cambridge: The MIT Press, 1999a. p.431-452.
- LUCCHESI, Dante; ARAUJO, Silvana Silva de Farias (2009). O sistema de expressão de posse. In: Lucchesi; Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA. Cap. 21, p. 489-511.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. Processos de criouliização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p.163-218.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

- LUMSDEN, John. S. The role of relexification in creole genesis. *Journal of Pidgin and Creole Languages*. Amsterdam, v.14, n.2, p.225-258, 1999b.
- MARLYSE, Baptista. The syntax of Cape Verdean Creole: the Sotavento varieties. Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 2002.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MINGAS, Amélia A. *Interferência do kimbundu no português falado em Luanda*. Lisboa: Campo das Letras, 2000.
- MÜHLHÄUSLER, Peter. *Pidgin & Creole linguistics*. Londres: Basil Blackwell, 1986.
- MUSSA, Alberto B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1993). Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do português falado. Volume III: As abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, p. 149-213.
- OLIVEIRA, Matheus Santos & OLIVEIRA, Mariana Fagundes. *Para o estudo da variação e mudança no português brasileiro: edição XML de corpora do semiárido baiano*. In: III Encontro de Sociolinguística, 2013, Salvador. Anais do III Encontro de Sociolinguística Comunicações. Feira de Santana: Editora UEFS, 2013. v. 1. p. 120-135.
- OLIVEIRA, Matheus Santos. *O efeito do contato entre línguas na reestruturação do sistema de expressão de posse do português do semiárido baiano*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2016.
- PERINI, Mário. O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma abordagem funcional. *DELTA*, São Paulo, v.1, n.1/2, p.1-16, 1985.
- PETTER, Margarida. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008. p.63-74.
- ROBERTS, Ian. Creoles, markedness and the Language Bioprogram Hypothesis. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n.19, p.11-24, 1997.
- ROBERTS, Ian. *Diacronic syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldwarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.
- SCHWARTZ, Bonnie D.; SPROUSE, Rex. L2 cognitive states and the full transfer/full access model. *Second Language Research*, London, v.12, n.1, p.40-72, 1994.
- SIEGEL, Jeff. Links between SLA and Creole studies: past and present. In: LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAN, Christine (Ed.). *L2 acquisition and Creole Genesis: dialogues*. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p.15-46.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. UFRJ, 1982.

SPROUSE, Rex. Full Transfer and Relexification: Second Language Acquisition and Creole Genesis. In: LEFEBVRE, Claire; WHITE, Lydia; JOURDAN, Christine (Ed.). *L2 acquisition and Creole Genesis: dialogues*. Amsterdam: John Benjamins, 2006. p.169-181.

WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WINFORD, Don. *An introduction to contact linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

Recebido em: 02/05/2017

Aprovado em: 08/08/2017

Publicado em: 01/12/2017